22ª Edição - 2021

EXAME



CNAI



BCB

NOME:

N.º DE INSCRIÇÃO:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) Edital CFC/CAE 1/2021

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões para a prova específica para atuação em auditoria nas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB)

Use como rascunho as páginas disponíveis ao final deste caderno, as quais não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.
- Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).

Observações quanto ao preenchimento das Folhas de Respostas: Use caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado. Assinale somente uma opção em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais opções. Não deixe nenhuma questão sem resposta. As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 15 (quinze) e, no máximo, 30 (trinta) linhas. Não deverão conter nenhum tipo de identificação do examinando(a) (assinatura, visto, etc.) e deverão ser redigidas com letra legível. As Folhas de Respostas não deverão ser dobradas, amassadas ou rasuradas. De acordo com o item 7.5, em hipótese alguma, haverá substituição das Folhas de Respostas Objetivas e Dissertativas por erro do(a) examinando(a). Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas. É de inteira responsabilidade do(a) examinando(a) qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada nas Folhas de Respostas. SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO(A) EXAMINANDO(A) DA SALA DE PROVA SOMENTE APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.

FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO EXAMINANDO(A)

DURAÇÃO DESTA PROVA: QUATRO HORAS

QUANDO DE SUA SAÍDA.

ATENÇÃO
Caro(a) Examinando(a),
Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 25 (vinte e cinco) questões objetivas, cada uma constituída de 4 (quatro) opções, e 2 (duas) questões dissertativas.
Se houver algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.
Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.
O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.

QUESTÕES OBJETIVAS

1. O Banco XYZ, em 31 de maio de 20X4, adquiriu uma posição de 200.000 títulos federais (Letras do Tesouro Nacional) para compor sua Carteira Própria de Títulos de Renda Fixa, classificando-os como títulos para negociação, pelo valor unitário de R\$969,24, perfazendo tal compra em um valor total de R\$193.848.000,00. No mesmo dia, sexta-feira, dia 31 de maio de 20X4, financiou parte dessa compra, vendendo posição 100.000 títulos ao preço de custo, com compromisso de recompra para o dia 3 de junho do mesmo ano, pagando uma taxa de 0,05%.

De acordo com tais informações, assinale a opção que apresenta as contas (patrimoniais e/ ou de resultados, se for o caso) e os respectivos valores nelas inclusos, relativos a essas operações, que deverão constar no Balancete de 31 de maio de 20X4, do Banco XYZ.

- a) R\$96.972.462,00 em TVMs e IFDs Títulos de Renda Fixa Vinculados a Recompras LTNs no Ativo e igual valor em Obrigações por Operações Compromissadas – Recompras a Liquidar – Carteira – LTNs no Passivo e R\$48.462,00 em Despesas de Títulos de Renda Fixa.
- b) R\$96.924.000,00 em TVMs e IFDs Revendas a Liquidar Posição Bancada LTNs e R\$0,00 em Contas de Resultados.
- c) R\$96.924.000,00 em TVMs e IFDs Títulos de Renda Fixa Vinculados a Recompras LTNs e igual valor em TVMs e IFDs Títulos de Renda Fixa LTNs, ambas no Ativo e R\$96.924.000,00 em Obrigações por Operações Compromissadas Recompras a Liquidar Carteira LTNs no Passivo e R\$0.00 em Contas de Resultados.
- d) R\$193.944.924,00 em TVMs e IFDs Títulos de Renda Fixa LTNs no Ativo e R\$0,00 no Passivo e R\$48.462,00 em Despesas de Títulos de Renda Fixa.

- 2. As normas que disciplinam a realização de operações compromissadas, envolvendo títulos de renda fixa, admitem a livre movimentação dos títulos objeto de compromissos de revenda, desde que atendidas adequadas condições. Analise as alternativas abaixo e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>:
- I. As partes devem firmar acordo de livre movimentação.
- II. Os compromissos devem ser liquidados em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizado pelo Banco Central do Brasil (BCB) ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e administrados por câmara ou por prestador de serviços que assuma a posição de parte contratante para fins de liquidação das operações realizadas por seu intermédio.
- III. As operações compromissadas contratadas entre instituições financeiras e aquelas que tenham como objeto títulos emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil (BCB), quaisquer que sejam as partes, exigirão o atendimento das condições de registro e liquidação financeira.

Estão **CORRETOS** os itens:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I e III, apenas.
- 3. Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria "operações sem transferência" nem retenção substancial dos riscos e benefícios, com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem ser observados alguns procedimentos pela instituição vendedora ou cedente. Analise as alternativas abaixo e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>:
- I. O ativo permanece registrado na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido.
- II. Passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido.
- III. As receitas e despesas devem ser apropriadas somente nos balanços semestrais de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

Estão **CORRETOS** os itens:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e III.

- 4. A estrutura de gerenciamento do risco de crédito deve prever sua mensuração de forma adequada da contraparte advinda de instrumentos financeiros derivativos?
- a) Sim, pois os instrumentos financeiros derivativos também requerem desembolsos de caixa, como o pagamento de prêmios sujeitos ao risco de crédito.
- b) Não, dado que os instrumentos financeiros derivativos não geram desembolsos de caixa sujeitos ao risco de crédito.
- c) Não, porque o gerenciamento de risco de crédito está relacionado apenas com a concessão de operações de crédito.
- d) Sim, porque as normas do BCB requerem o gerenciamento de risco de crédito em quaisquer operações efetuadas pela instituição.
- 5. O relatório de avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, elaborado como resultado do trabalho de auditoria independente de Instituição Financeira, deve abranger diversos aspectos relevantes, observada a natureza, complexidade e risco das operações realizadas pela instituição auditada. Entre esses aspectos, incluem-se alguns dos seguintes elementos:
- a) processos de identificação e mensuração dos riscos de mercado, de crédito e operacional e processos de validação dos modelos de precificação e testes de estresse.
- b) vedados comentários sobre políticas e procedimentos a respeito da segregação de atividades.
- c) processo de divulgação, em todos os níveis da organização, das políticas de controles internos.
- d) aspectos de segurança física, que devem ser incluídos em relatórios em separado a ser submetido à análise da área técnica.
- 6. O Patrimônio de Referência (PR) de Conglomerado deve ser calculado em bases consolidadas para as instituições integrantes de um mesmo conglomerado prudencial. Com relação a esse assunto, assinale a opção que apresenta a composição do Capital Principal para efeitos de PR de Conglomerado Prudencial.
- a) Aumento de Capital em processo de autorização, com exceção do aumento de capital realizado por meio de incorporação de reservas e de sobras ou lucros acumulados.
- b) Valores relativos ao capital social constituído por quotas, quotas-partes ou por ações não resgatáveis e sem mecanismos de cumulatividade de dividendos.
- c) Valores relativos ao capital social constituído por quotas, quotas-partes ou por ações resgatáveis e com mecanismos de cumulatividade de dividendos.
- d) Operações com derivativos de índices.

- 7. Considerando os financiamentos a importações conduzidas ao amparo de cartas de crédito a prazo ou de outras coobrigações, quando a respectiva operação de câmbio ainda não tiver sido celebrada, como deveriam ser contabilizadas estas operações?
- a) Na conta Importação Financiada Câmbio Contratado, em contrapartida com a conta Obrigações com Moedas Estrangeiras.
- b) Na conta Débitos em Moedas Estrangeiras, em contrapartida com a conta Obrigações com Moedas Estrangeiras.
- c) Na conta Importação Financiada Câmbio Contratado, em contrapartida com a conta Financiamentos em Moedas Estrangeiras.
- d) Na conta Financiamentos em Moedas Estrangeiras, em contrapartida com a conta Obrigações com Moedas Estrangeiras.
- 8. Os títulos que permanecem em estoque, livres para negociação, oriundos de compras definitivas ou recompras, registrados em Títulos de Renda Fixa, referem-se à:
- a) Carteira Própria Financiada.
- b) Carteira Própria Bancada.
- c) Carteira de Terceiros Bancada.
- d) Carteira de Terceiros Financiada.
- Na constituição de reservas e fundos, distribuição de sobras e compensação de perdas nas sociedades cooperativas, as normas do Banco Central do Brasil (BCB), estabelecem que:
- a) as cooperativas de crédito estão dispensadas da constituição da reserva legal quando essa reserva atingir o limite de 10% (dez por cento) das perdas acumuladas.
- b) a assembleia geral não poderá fixar, para cada reserva a ser constituída, o fim específico e o modo de formação, aplicação e liquidação.
- c) as reservas constituídas devem ser registradas no título adequado do desdobramento de subgrupo "Reservas de Lucros", observada a deliberação da assembleia geral.
- d) as perdas acumuladas devem ser rateadas por meio de redução de participação do cooperado no capital social da cooperativa.

- 10. As instituições financeiras devem dispensar especial atenção às operações, à identificação de beneficiários finais de recursos transferidos, a relacionamentos e a quaisquer indícios de burla a procedimentos previstos na legislação e nos regulamentos relativos à lavagem de dinheiro. Com relação a <u>TODOS</u> os procedimentos regulamentares estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BCB), qual deles deve ser apresentado?
- a) Monitoramento contínuo reforçado, mediante a adoção de rigorosa apuração de situações suspeitas e análise para verificar a necessidade das comunicações à Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)/Unidade de Inteligência Financeira (UIF).
- b) Monitoramento contínuo reforçado, mediante a adoção de rigorosa apuração de situações suspeitas; análise para verificar a necessidade das comunicações à Coaf/UIF; e avaliação da alta gerência quanto ao início ou manutenção do relacionamento com o cliente.
- c) Monitoramento contínuo reforçado, mediante a adoção de rigorosa apuração de situações suspeitas; análise para verificar a necessidade das comunicações à Coaf/UIF; e emissão ou recarga de valores em um ou mais cartões pré-pagos, em montante acumulado igual a R\$5.000,00 (cinco mil reais).
- d) Análise para verificar a necessidade das comunicações à Coaf/UIF e avaliação da alta gerência quanto ao início ou manutenção do relacionamento com o cliente.
- 11. A estrutura de gerenciamento de capital que as Instituições Financeiras devem implementar referem-se a cálculos e requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal, que devem ser compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos. Segundo as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), esta estrutura é definida como o processo contínuo de:
- a) monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e principais fontes de capital da instituição.
- b) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e principais fontes de capital da instituição.
- c) monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.
- d) monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição; e principais fontes de capital da instituição.

- 12. Os registros contábeis, procedimentos administrativos e societários das administradoras de consórcio são regulados pelo Banco Central do Brasil (BCB). Acerca desse assunto, assinale a opção que apresenta consonância com as normas do Cosif.
- a) A taxa de administração dos grupos de consórcio deve ser escriturada na contabilidade da administradora, independente de seu efetivo recebimento e será apropriada como receita.
- b) Os recursos recebidos pelas administradoras de consórcio para aumento do capital social serão registrados em conta específica do patrimônio líquido até que seja realizada a assembleia de acionistas ou a reunião de quotistas que delibere o aumento do capital social.
- c) Os imóveis que não se destinem à manutenção da atividade das administradoras de consórcio, mantidos em caráter permanente, devem ser contabilizados no título "Outros Investimentos" e não podem ser depreciados.
- d) Os valores relativos a comissões sobre vendas de quotas de consórcio devem ser apropriados ao resultado quando da realização da venda, não devendo ser diferidos.
- 13. Os exames de auditoria constataram o recebimento pelo Banco ZYX, em 10 de janeiro de 20X9, de expediente do Banco Central do Brasil (BCB) relativo a recurso apresentado pelo Banco em 20 de dezembro de 20X8, em que a Entidade Supervisora do Sistema Financeiro Nacional (SFN) não acolhe os argumentos do referido recurso e confirmam que o saldo de financiamento, no valor de R\$350 milhões, seja classificado no nível "H", independente de o referido saldo devedor não estar vencido por efeito de renegociação com novo período de carência e detenha contratualmente garantia real de R\$300 milhões. Esta operação foi realizada com Grupo Econômico envolvido em operações de corrupção e lavagem de dinheiro, já levantadas pelas autoridades competentes e aceitas as acusações pelo Judiciário. Em decorrência desses fatos, o referido grupo atualmente se encontra em graves dificuldades econômico-financeiras.

Acerca do(s) ajuste(s) contábil(eis) que devem ser sugeridos pelo auditor para a Administração ou a responsáveis pela governança do Banco ZYX, se for o caso, assinale a opção **CORRETA**.

- a) Crédito de Financiamentos, do subgrupo Operações de Crédito, a débito de Provisões Operacionais, em Contas de Resultado Devedoras, no valor de R\$350 milhões.
- b) Crédito de Financiamentos, do subgrupo Operações de Crédito, a débito de Provisões Operacionais, em Contas de Resultado Devedoras, no valor de R\$50 milhões.
- c) Não há ajuste de auditoria a ser proposto. É fato para ser explicado adequadamente em Eventos Subsequentes.
- d) Crédito de Provisão para Financiamentos, a débito de Provisões Operacionais, em Contas de Resultado Devedoras, no valor de R\$350 milhões.

- 14. A viabilidade econômico-financeira do grupo de consórcio constitui condição prévia para a realização da primeira assembleia geral ordinária e início de funcionamento do grupo; caracteriza-se por haver perspectiva de contemplação de todos os participantes no prazo de duração do grupo; e pressupõe, no mínimo, uma das condições a seguir enumeradas. Com base no assunto acima, assinale a opção <u>CORRETA.</u>
- a) Visando à viabilidade econômica, a Administradora deverá avaliar a existência de processos e sistemáticas efetivas de cobrança e de renegociação de dívidas de inadimplentes, bem como de recuperação de ativos.
- b) É vedado à administradora verificar a capacidade de pagamento dos proponentes quanto às obrigações financeiras assumidas perante o grupo e a administradora.
- c) A administradora está impedida de avaliar, antecipadamente, os níveis de inadimplência e de exclusão de consorciados que possam impactar o regular fluxo de recursos para o grupo.
- d) Os percentuais de comissões aos vendedores contemplados no planejamento do processo de vendas de novas cotas ou de cotas de reposição não devem ser analisados pela administradora.
- 15. Na avaliação de riscos, a operação objeto de renegociação deve ser mantida, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiver classificada, observando que aquela registrada como prejuízo deve ser classificada como de nível H. Com base nesse assunto, analise os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- I. Considera-se renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.
- II. Admite-se a classificação para categoria menor de risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança no nível de risco.
- III. O ganho eventualmente auferido por ocasião da renegociação deve ser apropriado ao resultado quando do seu efetivo recebimento.
- IV. No caso de recuperação de créditos mediante dação de bens em pagamento em que a avaliação dos bens for inferior ao valor contábil dos créditos, o valor a ser registrado deve ser igual ao montante renegociado do crédito.

Estão **CORRETOS** os itens:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.

- 16. Quando da renegociação de operações de crédito realizadas por instituições financeiras, as normas do Banco Central do Brasil (BCB) definem procedimentos que deverão ser adotados nos registros contábeis. Com relação a esse assunto, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- a) Os créditos baixados como prejuízo e porventura renegociados devem ser registrados pelo valor original da operação, deduzidas as receitas apropriadas e não recebidas.
- b) O ganho eventualmente auferido por ocasião da renegociação de operações de crédito, calculado pela diferença entre o valor da renegociação e o valor contábil dos créditos deve ser apropriado ao longo do prazo da operação renegociada.
- c) Os créditos baixados como prejuízos e porventura renegociados devem ser registrados pelo exato valor de renegociação, deduzidas as receitas apropriadas e não recebidas, além dos impostos incidentes sobre a operação.
- d) O ganho eventualmente auferido por ocasião da renegociação de operações de crédito, calculado pela diferença entre o valor da renegociação e o valor contábil dos créditos, deve ser apropriado somente quando de seu recebimento.
- 17. Nos riscos de crédito, as normas do Banco Central do Brasil (BCB) definem possibilidades de perdas que compreendem, entre outras, as possibilidades enumeradas abaixo. Quanto à definição de perdas, analise os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- perdas em função de a contraparte não cumprir com as obrigações de liquidação de operações que envolvam a negociação de passivos financeiros, exceto de instrumentos financeiros derivativos.
- II. perdas em função do não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados, quando o tomador ou a contraparte localizada fora do país, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país estrangeiro respectivo e ainda a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos.
- III. perdas em função de não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediária ou convenente de operações de crédito.
- IV. perdas em função de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante.

Estão CORRETOS os itens:

- a) I e II, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.

- 18. De acordo com a regulamentação do Banco Central do Brasil (BCB), para efeito de obrigatoriedade de consolidação integral do Conglomerado Prudencial pelas Instituições Financeiras, as investidas devem ser incluídas quando existirem as características indicadas abaixo. Acerca desse assunto, identifique as características e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- I. Participações em empresas, exceto as administradoras de consórcios, em que a instituição detenha, mesmo que em função da existência de acordos de votos, direitos de sócio que lhe assegurem preponderância nas deliberações sociais ou poder de eleger ou destituir a maioria dos administradores.
- II. Controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum, ou pela atuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial.
- III. Participação nos fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham, substancialmente, riscos e benefícios.
- IV. Participações societárias das instituições, incluindo as cooperativas de crédito em que haja controle compartilhado.

Estão **CORRETOS** apenas os itens:

- a) II e IV.
- b) le III.
- c) lell.
- d) II e III.

19. Em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil (BCB), assinale a opção <u>CORRETA</u>.

- a) Na categoria "títulos mantidos até o vencimento", devem ser registrados os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados.
- b) Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários devem ser computados diretamente no resultado do período, independentemente da categoria em que forem classificados, observado que os relativos a ações adquiridas há menos de seis meses devem ser reconhecidos em contrapartida à adequada conta que registra o correspondente custo de aquisição.
- c) Os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, classificados na categoria "títulos disponíveis para venda", devem ser avaliados pelos respectivos valores de cotação em Bolsas de Valores, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais devem impactar o resultado do período.
- d) As perdas de caráter permanente com títulos e valores mobiliários, classificados nas categorias "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento", devem ser reconhecidas somente nos balanços semestrais, sendo vedado o reconhecimento imediatamente no resultado do período.

- 20. Na categoria "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, conforme indicado abaixo. Quais são eles:
- a) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de revenda ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer.
- b) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da revenda.
- c) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra.
- d) venda condicionada de ativo financeiro.
- 21. A regulação prudencial do Conselho Monetário Nacional (CMN) faculta aos bancos comerciais a utilização de modelos internos de risco de mercado, para cálculo diário, nos termos do Cosif e do consolidado econômico-financeiro. Quais os modelos internos de risco que devem ser aderentes a requisitos qualitativos?
- a) Estar integrados à estrutura de gerenciamento de risco de mercado e ser utilizados em conjunto com os limites definidos pela instituição para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado.
- b) Mensurar todos os riscos operacionais relevantes, aí incluídos o risco de contratação, o risco de fraudes internas e externas e o risco específico.
- c) Permitir a mensuração do risco de crédito, mediante utilização de carteiras hipotéticas.
- d) Permitir a mensuração do risco de liquidez, mediante utilização de carteiras hipotéticas, com os limites definidos pela instituição para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado.
- 22. As disposições do Banco Central do Brasil (BCB) relativas a títulos e valores mobiliários ressaltam que os classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para a venda" devem ser ajustados pelo valor de mercado e que a metodologia de apuração é de responsabilidade da instituição, podendo ser utilizado como parâmetro, entre outros, um dos fatores seguintes:
- a) a média de preços de negociação dos três últimos dias de apuração dos respectivos títulos.
- b) o preço médio de negociação do dia da apuração ou, quando não disponível, o preço médio do dia útil anterior.
- c) o valor líquido de provável realização obtido mediante consulta a outras instituições.
- d) o valor líquido de outro instrumento financeiro similar, pelo menos, no prazo de vencimento.

- 23. As normas do Banco Central do Brasil (BCB), considerando a renegociação de operações de crédito, trazem a classificação do risco de crédito. Acerca desse assunto, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- a) As operações renegociadas devem ser registradas como nível "H" em função do risco de crédito.
- b) As operações renegociadas deverão ser, no mínimo, registradas no mesmo nível de risco em que se encontravam antes da renegociação, independentemente de troca de garantias ou do recebimento de parcela significativa do saldo.
- c) As operações renegociadas não são registradas, sendo as amortizações decorrentes da renegociação reconhecidas contabilmente, pelo efetivo recebimento (regime de caixa).
- d) As operações renegociadas devem ser mantidas no mesmo nível de risco em que se encontravam antes da renegociação. Entretanto, poderá ocorrer a reclassificação da operação para um nível de risco menor quando verificada a troca da garantia ou ainda ocorrer o recebimento de parcela significativa do saldo.
- 24. Conforme determinação do Banco Central do Brasil (BCB), a contabilização do registro de compra de moedas estrangeiras e a sua respectiva contrapartida dar-se-ão nas seguintes contas contábeis:
- a) Câmbio vendido a liquidar em contrapartida a direitos sobre venda de câmbio.
- b) Câmbio comprado a liquidar em contrapartida a obrigações por compra de câmbio.
- c) Câmbio vendido a liquidar em contrapartida a obrigações por compra de câmbio.
- d) Câmbio comprado a liquidar em contrapartida a direitos sobre venda de câmbio.
- 25. Constituído fundo de reserva em grupo de consórcio, os seus recursos podem ser utilizados para alguns pagamentos. Identifique, dentre os itens abaixo, esse(s) pagamento(s) e, em seguida, assinale a opção <u>CORRETA</u>.
- I. Pagamento de prêmio de seguro para cobertura de inadimplência de prestações de consorciados contemplados e de despesas bancárias de responsabilidade exclusiva do grupo.
- II. Pagamento de despesas bancárias de responsabilidade da administradora e dos grupos de consórcio por ela administrados.
- III. Cobertura de eventual insuficiência de recursos do fundo comum.
- IV. Pagamento de despesas e custos de adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais com vistas ao recebimento de crédito do grupo.

Está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns):

- a) II.
- b) I, III e IV.
- c) lelV.
- d) lell.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

- 26. Considerando as orientações aos auditores independentes e as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil (BCB), relativamente à opção pelo uso de notas explicativas selecionadas nas demonstrações contábeis semestrais, inclua comentários sobre os seguintes aspectos: (i) qual o conteúdo das notas explicativas selecionadas citar no mínimo 3 (três) itens; (ii) quais os aspectos a serem adotados no relatório do auditor independente.
- 27. De acordo com as normas do Banco Central do Brasil (BCB), a inclusão dos principais assuntos de auditoria no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis de algumas entidades supervisionadas é exigida a partir de 2020. Mencionar quais são as entidades exigidas, explicando a motivação, o conteúdo as exceções.

RASCUNHO DO GABARITO ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	Α	В	С	D
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
80				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				